

HABEAS CORPUS Nº 570.061 - PR (2020/0078058-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : JOAO ALCIONE LORA
ADVOGADO : JOÃO ALCIONE LORA - PR041278
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : WANDERSON BIAZUSSI DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WANDERSON BIAZUSSI DA SILVA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ - HC n. 0007548-6-.2020.8.16.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi preso em flagrante por ter supostamente cometido o delito previsto no art. 157, *caput*, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, por duas vezes, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Aduz o impetrante a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Destaca que "*o paciente convive com crises de alucinações auditivas, com delírios persecutórios e tentativas de homicídio, além de diagnóstico de TAG (transtorno de ansiedade generalizada) e síndrome do pânico*" (e-STJ fl. 6)

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente, que seria primário, com ocupação lícita e residência fixa, predcados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Sustenta que, caso condenado, fará jus à fixação de regime inicial diverso do fechado, razão pela qual a prisão preventiva do acusado seria mais severa que os efeitos de sua eventual condenação.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 70-71):

[...]

Neste particular, foi especificado que o agente, em curto intervalo de tempo, tentou subtrair dois veículos automotores, sendo uma das vítimas pessoa com deficiência de mobilidade, o que denota maior gravidade.

Portanto, não se afigura qualquer ilegalidade ou carência na deliberação guerreada, a qual está em consonância com os traçados da lei de regência, com os ensinamentos da doutrina e as recomendações da jurisprudência.

Vê-se, então, que o disposto no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal foi atendido, já que foi encontrado êxito ao imprimir o inafastável destaque ao motivo que conduziu ao recolhimento processual de forma acertada.

Assim, a real seriedade dos crimes em tese perpetrados, não permite concluir diversamente da gritante ofensa à ordem pública.

Impossível ignorar, portanto, que a conclusão de periculosidade concreta fora abalizada pelo decreto sumário, estando plenamente justificada a necessidade de persistência da prisão processual do paciente.

Vale lembrar que, o Superior Tribunal de Justiça, já decidiu que não há constrangimento ilegal quando a segregação provisória é decretada em razão do modus operandi com que o crime fora praticado" (HC 554877/MT, rei. Min. Ribeiro Dantas, 5ª Turma, j. 20/02/2020, DJe 28/02/2020).

[...]

Noutra senda, o fato de o acusado supostamente estar em tratamento para doenças de natureza psíquica (movs. 1.5/1.12 do processo nº 1506-87.2020.8.16.0131) não faz esmorecer os fundamentos do decreto preventiva, tampouco comprova que os cuidados médicos não possam se dar junto ao estabelecimento carcerário em que o paciente se encontra inserido.

Por conseguinte, demonstrada a imprescindibilidade de manutenção da custódia cautelar para a garantia da ordem pública, deixo de acatar a insurreição.

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Superior Tribunal de Justiça

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro Jorge Mussi

Relator